



MINISTÉRIO PÚBLICO

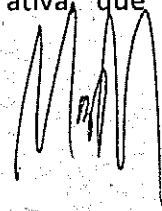
do Estado do Paraná

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às 19h15min do dia 30 de abril de 2013, no Centro de Evento Darci Gubert, situado à Rua Barão do Rio Branco, s/nº, centro, no Município de Mangueirinha/PR, o Doutor Rafael Carvalho Polli, Promotor de Justiça da Comarca de Mangueirinha/PR, deu início à Audiência Pública. Inicialmente agradeceu a presença de todos, esclarecendo que se tratava de um momento muito importante, pois todos estavam celebrando a democracia. Informou que a Audiência Pública é o momento de debate de questões de cunho social coletivo, ressaltando que não tem nenhuma vinculação eleitoral ou política. Enfatizou que a Audiência Pública foi promovida pelo Ministério Público, o qual convidou as autoridades da cidade e a população para comparecerem ao evento, ressaltando que a participação da população é muito importante, pois a intenção do Ministério Público é andar de mãos dadas com a população. O Promotor informou, também, que em todas as terças-feiras a Promotoria de Justiça realiza o atendimento ao público, com a intenção de manter um contato direto com o povo para tentar resolver os problemas sociais da cidade. Informou, ainda, que na noite anterior foi realizada Audiência Pública no Município de Honório Serpa, a qual foi bem produtiva. Esclareceu que questões de cunho pessoal ou relacionadas a procedimentos que já foram instaurados na Promotoria de Justiça não serão debatidas durante a Audiência Pública. Na sequência, agradeceu a presença do Excelentíssimo Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Mangueirinha, Senhor Agnaldo de Oliveira, passando a palavra a ele. Após cumprimentar a mesa, o presidente da Câmara do Município enfatizou a importância do Ministério Público, tecendo comentários sobre a PEC 37. Em seguida, o Promotor de Justiça agradeceu a presença do Excelentíssimo Prefeito do Município de Mangueirinha, Senhor Albari Guimorvam Fonseca dos Santos, ao qual passou a palavra. O Prefeito municipal cumprimentou a mesa de autoridades e os demais presentes no evento, tecendo comentários sobre a importância das Audiências Públicas. Após, o Promotor de Justiça agradeceu a presença do Sargento João Luiz de Castro Rosa, comandante da Polícia Militar de Mangueirinha, o qual passou a fazer uso da palavra cumprimentando os componentes da mesa e toda a comunidade presente no evento. Falou do trabalho realizado pela Polícia Militar em nossa cidade em parceria com o Ministério Público, assim como sobre os trabalhos realizados pelo Conselho de Segurança do Município. Na sequência, o Promotor de Justiça agradeceu a presença de Presidente do Conselho Tutelar, Senhora Lúcia Helena do Amaral, a qual fez uso da palavra, agradeceu o convite realizado ao Conselho Tutelar e cumprimentou a todos, colocando-se à disposição da população para indagações durante a Audiência

Pública. Antes de iniciar os debates da Audiência Pública, o Promotor de Justiça aproveitou a oportunidade para esclarecer aos presentes à situação da PEC 37. Depois de explicado o objeto da PEC 37, foram mostrados dois vídeos institucionais em telão para que a população tome conhecimento do posicionamento do Ministério Público em relação à PEC 37, bem como foi informado aos cidadãos presentes que seria passado um abaixo assinado, que poderia ser assinado pelos que fossem contrários à PEC 37, ocasião em que também foi esclarecido que as assinaturas poderiam ser feitas também em meio virtual, através de acesso ao sítio do Ministério Público. Em seguida, o Doutor Rafael Carvalho Polli, mais uma vez ressaltando a ausência de caráter político ou eleitoral do evento, deu início aos debates. Já no início da audiência pública o Senhor Paulo Penteado, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, pediu a palavra informando que havia uma denúncia contra a COPEL, tendo reclamado do atendimento que, em sua opinião, é péssimo, pois diariamente ocorrem quedas de energia no município. Esclareceu que entrou em contato com a COPEL, a qual informou que a aferição dos gatos com a energia elétrica é feita por um cidadão do Município de Pato Branco, pois o trabalho é terceirizado. Disse, também, que o escritório da COPEL em nosso Município funciona apenas das 08h00min às 12h00min, pois a COPEL trata o Município de Mangueirinha como cidade do interior. Assevera, também, que a nossa luz é uma das mais caras pagas na região, sugerindo que é necessário a criação de uma subestação na cidade de Mangueirinha. O Promotor de Justiça esclareceu que de fato é possível verificar no dia a dia os problemas de queda de energia que ocorrem no Município, informando que irá instaurar procedimento na Promotoria para averiguar a situação. Na sequência, a Senhora Doraci Pavelegini pediu a palavra, informando que concorda plenamente com a manifestação do senhor Paulo Penteado, esclarecendo que na região em que reside constantemente queimam equipamentos de informática, tendo um técnico lhe informado que esses problemas decorrem da oscilação da energia elétrica. Em seguida, o Promotor deu continuidade à Audiência Pública, informando que havia alguns questionamentos solicitando informações sobre o programa do lixo, passando a palavra ao Senhor Albari Guimovam, Prefeito do Município. Em sua explanação, o Prefeito explica que já possuem um projeto para a destinação dos resíduos sólidos do Município, sendo que a coleta do lixo foi terceirizada e que algumas pessoas confundem a questão do lixo com a de entulhos, sendo esta última obrigação do proprietário. O Promotor de Justiça comentou com o Prefeito sobre a possibilidade de realizarem uma parceria, com a intenção de conscientização da população a respeito da questão do lixo, que envolve saúde pública e também educação, assim como sobre a coleta seletiva do lixo. O Prefeito disse que no Município está em funcionamento a Cooperativa dos Catadores de Lixo, os quais trabalham com a reciclagem. Informou que já estão construindo um barracão no local denominado "Lixão", para que essa cooperativa, que hoje é



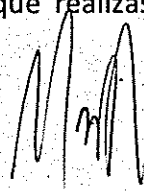


MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

constituída por vinte e cinco pessoas. Aberto o debate, o vereador Orlei Zieger optou por fazer uso da tribuna, ocasião em que parabenizou a iniciativa do Ministério Público na realização do evento, comentando que a questão do lixo foi muito bem explanada pelo Senhor Prefeito, mas informou que a população está um pouco insatisfeita com o serviços, pois quando da realização da coleta do lixo, os responsáveis pela coleta retiram o lixo das cestas e o deixam nas ruas por cerca de duas horas para que então seja coletado pelo caminhão. O vereador sugeriu que a empresa terceirizada adquira mais um caminhão para a coleta do lixo ou coloque mais pessoas para a prestação do serviço, pois o lixo na rua fica vulnerável aos cachorros que arreventam as sacolas, tornando-se um problema ambiental pelo cheiro desagradável. O Prefeito disse que irá conversar com a empresa responsável pela coleta do lixo, esclarecendo que o procedimento então adotado pela empresa visa dar maior agilidade a coleta, enfatizando que buscará resolver a situação. Dando continuidade aos trabalhos, uma senhora identificada como "Dona Nena" pediu a palavra informando que estava representando os idosos, pois faz parte do grupo de idosos e do Conselho do Idoso, esclarecendo que a sua intenção era fazer algumas perguntas ao Senhor Prefeito. Em síntese, a cidadã explanou que durante o mandato do antigo prefeito os idosos tinham muitos benefícios, entre os quais festas de natal e de páscoa, comemoração ao dia do idoso, viagem no período da quaresma, indagando ao atual prefeito o que está acontecendo? Onde está indo o dinheiro dos idosos, afirmando que existia verba para isso. Ao ser indagada pelo Promotor de Justiça, a cidadã respondeu que existe a Associação dos Idosos no Município, mas esta sempre por intermédio da Prefeitura. Ao ser novamente indagada pelo Promotor de Justiça, a cidadã esclareceu que sua insurgência refere-se à perda dos benefícios que tinham antes, quais sejam, as festividades acima mencionadas. O Promotor esclareceu que é dever do Poder Público assegurar o direito ao idoso principalmente no que se refere à saúde pública, segurança, direito à vida, sendo que as questões relacionadas às festas decorrem do poder discricionário do Prefeito. O Prefeito ressaltou que a cidadã está pouco informada sobre o assunto, pois estão realizando semanalmente os bailinhos dos idosos, nos quais são oferecidos salgadinhos. Com relação às demais colocações da cidadã, o Prefeito esclareceu que por tratar-se de ano político a lei vedava a concessão de quaisquer benefícios aos eleitores, esclarecendo, também, que de fato estão ocorrendo algumas mudanças com relação ao idoso no Município. Encerrando esse assunto, o Promotor convidou a cidadã para, em persistindo dúvidas ou reivindicações, que compareça ao atendimento ao Público realizado na Promotoria de Justiça. Dando continuidade, o Promotor de Justiça levou a debate a questão da iluminação pública. Sobre a iluminação pública o prefeito reconheceu que o Município de fato está passando por esse problema, não apenas na Avenida Iguaçu, mas também em alguns bairros. Esclareceu que em virtude das fortes chuvas e descargas elétricas

tiverem danos muito grandes com a iluminação pública, mas estão fazendo licitação para recuperar as luminárias e reatores que foram queimados, pedindo aos cidadãos que ajudem, pois existem muitos danos causados ao patrimônio público. O Sargento João Luiz de Castro Rosa falou que foi muito bem lembrado pelo Senhor Prefeito Municipal a questão dos danos, que também incluem pichações, solicitando que a população denuncie via 190 a prática de danos ao patrimônio público, ou através do telefone celular número 9109-3014. O Promotor de Justiça aproveitou o ensejo para esclarecer que os atos de vandalismo que importam na destruição de lâmpadas podem prejudicar, inclusive, a apuração de crimes, ressaltando que no Código Penal está previsto o crime de dano, que quando praticado contra bens públicos é qualificado e por isso apresenta uma pena relativamente alta. O Promotor também solicitou que as pessoas denunciem, ressaltando que a pichação é um crime que está previsto na legislação ambiental. A seguir, a Senhora Jocene Guérios pediu a palavra, informando que na rua em que reside há cerca de seis meses quatro postes estão sem iluminação, e que pôde verificar isso também em outros pontos da cidade, referindo-se que a cidade está um breu. Esclareceu, também, que reside na rua do Colégio Hercília e que os alunos transitam na rua sem iluminação, sendo que há cerca de quarenta dias queimou um reator, que já entrou em contato, mas nada foi resolvido, informando que já ligou na Prefeitura Municipal, mas é o mesmo que se não tivesse ligado. O Prefeito falou que talvez a situação de Jocene seja isolada, ressaltando que as questões climáticas acabaram danificando a iluminação pública, informando, novamente, que já estão tomando as providências cabíveis, assumindo o compromisso de resolver tais situações. A cidadã novamente fez uso da palavra, reafirmando o que disse acima. O Promotor esclareceu que está ciente da situação, e que caso não seja resolvido o problema é para comparecer à Promotoria de Justiça do Município. Em seguida, o Promotor de Justiça falou de um assunto que causou certa polêmica no Município, relacionado ao corte de um pinheiro na área central da cidade, esclarecendo que em contato mantido com o Júlio da Prefeitura, obteve a informação que o pinheiro araucária não seria cortado. Sobre esse assunto, o Prefeito esclareceu que sabe da preocupação da população, informando que sempre defendeu o pinheiro, o qual é símbolo do município. O Prefeito parabenizou as crianças que se manifestaram sobre a situação do pinheiro, informando que fica entristecido com as pessoas que realizam desmate em propriedades rurais para aumentarem a produção. Esclareceu, também, que as árvores da avenida que foram derrubadas são exóticas, como as arroeiras, as quais faziam mal à saúde de algumas pessoas, e também estavam danificando o asfalto e as águas pluviais. Sobre a controvérsia das vagas de estacionamento, o Prefeito esclareceu que devem pensar nas pessoas, no fluxo de veículos, dando a segurança necessária às pessoas, informando que não possui formação em urbanismo, mas contratou alguém para que realizasse esse trabalho,





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

dando segurança ao pedestre, ao cadeirante e ao deficiente visual. Informou, também, que chegou a ouvir comentários criticando o número de vagas para cadeirantes e idosos, mas informou que todos têm o direito de ir e vir e está assegurando tal direito. O Promotor de Justiça mais uma vez afirmou que a população pode ficar tranquila com relação ao pinheiro, bem como que as vagas de estacionamento para idosos e deficientes físicos encontra amparo na lei. Sobre o assunto do pinheiro araucária, manifestou-se, também, o cidadão Ademir Bonatto, o qual agradeceu ao Ministério Pública pela realização do evento. Em seguida, disse que realizou um manifesto para que o pinheiro não fosse derrubado e disse estar satisfeito pelo fato de o Prefeito ter confirmado que o pinheiro permanecerá no local. Requereu, também, que por iniciativa dos vereadores ou do Poder Executivo realizem o tombamento do pinheiro, para que se torne patrimônio municipal. Dando andamento à Audiência Pública, o Promotor de Justiça falou da segurança pública, informando que pelo que soube o Conselho de Segurança estaria temporariamente desativado. Também comentou que a Delegacia de Polícia esta interditada há cerca de dez anos, bem como que o Ministério Público já propôs uma ação civil pública, que está em fase recursal. Aproveitou o momento para dizer que o Doutor Fábio, Juiz de Direito da Comarca, não conseguiu comparecer à Audiência Pública, mas que ambos estão programando uma viagem à Capital do Estado para conversarem com o Secretário de Segurança Pública com a intenção de tentar resolver a situação. Sobre o Conselho de Segurança, o Sargento João Luiz de Castro Rocha explicou que o Conselho foi reativado há cerca de quatro anos, sendo que nessa época o Conselho sobrevivia de recursos oriundos do Juizado Especial, pagando a remuneração de dois funcionários, uma que trabalhava como secretário no Destacamento da Polícia Militar, e outro que trabalhava na Delegacia de Polícia Civil, destacando que tais funcionários em muito contribuíam na prestação dos serviços à população. Esclareceu que em razão de uma normativa nova, o Conselho viu-se impossibilitado de continuar arcando com a remuneração dos funcionários com os recursos provenientes do Juizado Especial, razão pela qual o Conselho passou a ser menos atuante. O Sargento também esclareceu que foi no Conselho de Segurança que teve origem o pleito das câmeras de segurança, as quais, em sua opinião, podem contribuir bastante com o trabalho da polícia. O Promotor disse que será agendada uma reunião para o Conselho da Comunidade, aproveitando a oportunidade para convidar toda a população que tenha interesse em participar do conselho. O Sargento aproveitou a oportunidade para desculpar-se com a população, esclarecendo que existem muitas reclamações no sentido de que a Polícia Militar não tem atendido aos chamados. Explicou que todos sabem que é no final de semana que as ocorrências aumentam e, quando ocorre algum flagrante, chegam a ficar até cinco horas no Município de Pato Branco para a lavratura do auto. Disse que em sua opinião, se houvesse um Conselho atuante e o envolvimento de outras autoridades, seria

possível sanar esse problema que considera que é grave, pois quando a pessoa precisa da polícia ela precisa naquele momento e não depois, esclarecendo que já chegou a elaborar documentos nesse sentido. O Promotor de Justiça também destacou o trabalho realizado pela Polícia Civil, a qual, com apenas dois servidores, vem desempenhando as suas funções. Acerca da situação da Delegacia de Polícia do Município de Mangueirinha, o Prefeito confirmou que a Delegacia está interditada há praticamente dez anos pela falta de segurança no local. Esclareceu que já doaram o terreno para que o Estado construa a nova sede da Delegacia de Polícia. Em seguida, o Prefeito parabenizou o Sargento Castro e sua equipe assim como o escrivão Marcos pelo trabalho que eles têm realizado, mesmo com poucos servidores e policiais. Destacou o trabalho que vem sendo realizado no trânsito da cidade, bem como que serão instaladas câmeras de segurança nas saídas e entradas do Município e algumas na avenida principal, com a intenção de inibir a prática de crimes. O Promotor destacou que é louvável a instalação de câmeras no Município de Mangueirinha, esclarecendo que em nossa cidade existem muitos problemas de perturbação de sossego, com som alto em carros, sendo que a orientação é para apreender o veículo. Mudando de assunto, o Promotor de Justiça ressaltou que os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes lhe chamam atenção em nossa cidade, devido ao grande número de registros. O Promotor também falou da responsabilidade dos pais, pois hoje alguns pais são muito omissos na educação de seus filhos. Sobre esse tema, a presidente do Conselho Tutelar, Senhora Lúcia Helena do Amaral, comentou que pelo tamanho da cidade realmente são muitos os casos de abuso sexual, sendo que praticamente toda a semana recebem denúncias. Esclareceu que estão organizando uma campanha de conscientização nas escolas, pois nos últimos tempos a maioria das crianças foram encaminhadas pelas escolas, pois os professores e pedagogos conseguem detectar o problema e podem contar com o apoio do Conselho Tutelar e de sua equipe técnica, formada por uma psicóloga. O Promotor falou também da relevância do trabalho do Conselho Tutelar, que tem atuado em parceria com o Ministério Público. Dando prosseguimento, o Promotor ressaltou que também há muitos casos envolvendo brigas nas escolas, lesões corporais entre alunos, esclarecendo que em sua opinião, quando o ato infracional ocorrer na escola, o adolescente prestará a medida socioeducativa na própria escola. Em seguida, passou-se a debater sobre a instalação do PROCON no Município de Mangueirinha. O Presidente da Câmara, Senhor Agnaldo Oliveira, antes de falar sobre o PROCON manifestou sua opinião sobre os casos de violência sexual, falando que tais crimes são inadmissíveis e devem ser reprimidos. Sobre o PROCON, o vereador acredita que é um órgão de suma importância, pois melhor garantirá os direitos dos consumidores. O Promotor de Justiça retoma a palavra e diz que passará a ler algumas perguntas formuladas pelos cidadãos, a primeira delas refere-se a um pedido de explicações,



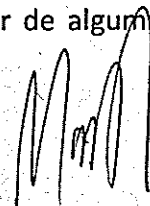


MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

dirigido ao Prefeito, sobre os motivos que justificam a não recuperação dos trechos do bueiro da Pato Oeste que foram danificados pela chuva. Em resposta, o Prefeito esclarece que os problemas do bueiro foram decorrentes das fortes chuvas, que inclusive provocaram um deslizamento de terras em um Município vizinho, Coronel Domingos Soares. Explicou, também, que em razão da forte chuva estourou um açude, ocasionando a abertura de uma cratera de mais ou menos quarenta metros de largura. Disse que já estiveram conversando com duas ou três famílias da região e que a principal prejudicada com a cratera é a Cooperativa CODEPA, que possui plantação de eucalipto no local. Disse que durante essa semana estavam tentando resolver a situação, mas o nível do rio voltou a subir, explicando que a discussão agora é se vão fazer um bueiro ou uma ponte, a qual teria um custo elevado, mas estão avaliando junto com os engenheiros qual será a melhor saída, informando, ainda, que a Defesa Civil tomará providências para responsabilizar o proprietário do açude que estourou. Na sequência, o tema foi o tráfico de drogas. O Promotor explicou que o Ministério Público tem atuado em parceria com as polícias civil e militar para investigar o crime de tráfico de drogas. O Sargento Castro relatou que existem dois telefones para denúncia que estão à disposição da população, o 181 e o 190. Explicou que a denúncia pode ser anônima, e através do 190 é possível a verificação de eventual situação em flagrante. Destacou a importância da denúncia realizada pela população. O Promotor disse que as denúncias são mantidas sob sigilo. A presidente do Conselho Tutelar também disse que aceitam denúncias anônimas. Dando sequência aos questionamentos, um cidadão que não identificou-se falou sobre a saúde, argumentando que muitas pessoas do interior deslocam-se até o Posto de Saúde para tirarem fixa para serem atendidos às cinco horas da manhã, e já ocorreu de o médico não estar atendendo. Sugeriu que a Saúde do Município anuncie no rádio quando o médico não estiver atendendo. O Promotor explicou que podem ocorrer situações imprevisíveis de o médico faltar, como doenças. O cidadão prosseguiu dizendo que no dia anterior passou em frente à Unidade de Saúde e observou que algumas pessoas aguardavam do lado de fora, e estavam esperando para agendar horário para deslocarem-se até o Município de Pato Branco. O Prefeito fez uso da palavra e falou das reformas que estão realizando no Posto de Saúde do Município. Com relação ao atendimento prestado às pessoas que residem na zona rural, explicou que o atendimento é descentralizado, pois existem vários postos de saúde na zona rural. Esclareceu que as pessoas do interior devem procurar atendimento no posto de saúde mais próximo e quando são encaminhadas pelo médico para virem até a área central não precisam retirar fixa para serem atendidos. O Prefeito solicitou que a palavra fosse repassada ao Secretário Municipal de Saúde, o qual relatou que com relação aos agendamentos, o Município realiza os agendamentos conforme disponibilizado no sistema através de um consórcio, no qual todos os municípios da sétima regional

fazem parte. Disse que antigamente os agendamentos eram realizados às seis horas da manhã, mas agora são realizados a partir das treze horas, sendo que a unidade de saúde não fecha por ser pronto atendimento de vinte e quatro horas. O Secretário esclareceu que a unidade de saúde permanece vinte e quatro horas abertas e que a orientação para os funcionários é para acolher a população no interior do Posto de Saúde, mas a população tem um costume de chegar e se posicionar em frente, com medo de perder a vaga, sendo que foi criado um sistema de senhas para facilitar esse agendamento. Com relação ao médico que faltou, o Secretário de Saúde informou que anunciaram no rádio a ausência do médico, inclusive informando o nome dos pacientes. O Secretário também ressaltou a contribuição do Ministério Público, tornando obrigatória a permanência dos médicos vinte e quatro horas por dia no interior do Posto de Saúde. Em seguida, o Promotor convidou o cidadão para, no caso de persistirem dúvidas, procurar a Promotoria de Justiça. Dando continuidade, o Promotor de Justiça leu um requerimento da população, solicitando que sejam asfaltadas as ruas que dão acesso à APAE do Município. O Prefeito informa que já tem conhecimento desse pleito, e diz que está estudando a viabilidade de realizar a obra. Informou, também, que a estrada atual é de calçamento e que em breve estarão realizando reparos, como também farão em outros trechos da cidade. O Promotor destacou que é importante um cuidado especial no caso do acesso à APAE por se tratar de uma entidade que atende pessoas especiais, com problemas de locomoção. O Promotor também informou que havia mais dois requerimentos sobre pavimentação, informando que repassaria os pleitos ao prefeito, um referente a falta de manutenção das estradas rurais, e outro pedindo a pavimentação de calçamento no prolongamento da Rua José Bonifácio e Monte Castelo. O Prefeito informou que já foi realizada a licitação e a prefeitura também já está providenciando a pavimentação na rua do Bairro Pitu. Com relação às estradas no interior, o Promotor enfatizou que é um caso amplo, solicitando que as pessoas que desejem fazer alguma reclamação nesse sentido compareçam à Promotoria de Justiça para, se for o caso, instaurar um procedimento. O Prefeito comentou que estão com um projeto junto ao Governo do Estado, no qual serão readequadas as estradas, com a retirada das cercas das beiras das estradas, sendo que as vias serão alargadas e serão construídos bueiros e caixas de captação, para que tenham condição de durabilidade. O Prefeito esclarece que o principal problema é que não podem fazer desaguador dentro das propriedades rurais, sendo que daí surgem problemas com erosão e acaba danificando as lavouras. O Prefeito também aproveitou a oportunidade para esclarecer que, segundo as leis, é de domínio público a faixa de sete metros após a estrada, para que sejam realizados serviços de conservação das estradas. Em seguida, o Promotor explanou sobre uma indagação que falava sobre o nepotismo e a súmula vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal. O Promotor solicitou que se alguém souber de alguma situação e

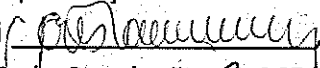




MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

nepotismo, é para procurar à Promotoria de Justiça para denunciar. Outra indagação dizia respeito à possibilidade de o povo destituir as pessoas que foram colocadas no poder, sendo que tal ponto também foi explicado pelo Promotor de Justiça. Na sequência, o Promotor leu um questionamento sobre a taxa de bombeiros, pelo fato de não existir corpo de bombeiros em nossa cidade. O contador Leandro Dorini pediu a palavra e expôs que seus clientes diariamente pedem sobre a taxa de bombeiros. Esclareceu que sabe que é de competência do Governo do Estado, mas de autonomia do Município poderia ter o bombeiro solidário, que inclusive o Município de Mangueirinha teria sido beneficiado com isso. Após tecer esse comentário, o contador indagou ao Prefeito o porquê desistiram desse projeto? O Prefeito disse que o corpo de bombeiros tem um custo alto, pois a construção da sede giraria em torno de quatrocentos a quinhentos mil reais, sendo que o Governo do Estado repassava apenas um caminhão. Explicou que o caminhão de bombeiros serve para minorar as consequências do fogo, para evitar que ele se espalhe. Explicou que como o Município não possui grande aglomeração, não faria sentido manter um gasto fixo de cerca de vinte e mil reais por mês de manutenção, pois é necessário manter pelo menos onze funcionários, e o salário de cada um deles seria em torno de um mil e trezentos reais, sem contar as despesas de material e equipamentos, as quais não seriam supridas apenas pela contribuição dos comerciantes do Município. Esclareceu, também, que o Município está viabilizando um curso de bombeiro civil e irão adquirir um caminhão pipa para deixar à disposição da população. O Contador Leandro novamente fez uso da palavra, dizendo que para um Município que arrecada por mês mais de três milhões por mês, quatrocentos mil reais não parece um valor muito elevado, sendo que se conseguissem salvar apenas uma residência o investimento já estaria pago. O Prefeito disse que não pode estar rasgando dinheiro da população simplesmente em da emoção, mas deve agir com razão. Na sequência, outro contador, conhecido como Bertola, fez uso da palavra, informando que orienta os seus clientes para que não efetuem o pagamento da taxa dos bombeiros, pois eles estarão realizando o pagamento sem receberem uma contrapartida. O Sargento Castro falou que a taxa é relativa à fiscalização que os bombeiros exercem, como se fosse um alvará de funcionamento, e não guarda relação com o combate a incêndios. Dando continuidade, o Promotor de Justiça leu um questionamento que tratava da documentação de terrenos no Bairro Primavera. O Prefeito esclareceu que desde que assumiu a Administração determinaram que nenhum loteamento seria aberto se não fosse fundamentado totalmente na lei. Explicou que nos últimos quatro anos estão rígidos em situações assim, sendo que todos os loteamentos que foram feitos durante essa Administração estão documentados. Com relação aos loteamentos mais antigos, que estão com problemas, esclareceu que juntamente com a engenharia estão fazendo um levantamento das áreas que estão sem documentação, para buscarem

resolver o impasse. O Promotor de Justiça aproveitou o momento para esclarecer que existe uma lei que regula os loteamentos, os quais precisam cumprir alguns requisitos para que sejam regularizados, ficando à disposição para contribuir na regularização de tais casos. Já avançando para o final, o Promotor de Justiça informou que todos os questionamentos que chegaram em suas mãos foram lidos e indagou se alguém mais tinha alguma colocação a fazer. O Prefeito Municipal falou das obras que serão iniciadas no Município, quais sejam: asfalto na comunidade da Estil; estão licitando o calçamento da comunidade Natal da Esperança até a Comunidade de São José; calçamento do Bairro Pitú; calçamento do Marreca; o caso do bueiro do alagado que foi tratado durante a Audiência Pública; posto de saúde na Comunidade da Invernada do Nardo e no Bairro Portugal; as casas que serão construídas no Loteamento do Valdomiro da Silva; noventa e sete casas mais trinta e uma casas no interior; um projeto referente aos indígenas; revitalização da avenida, e demais obras que já estão em andamento. O Presidente da Câmara fez algumas considerações finais. O Promotor recordou-se da situação do Fórum Eleitoral do Município, que recebeu a doação de um terreno para a construção de sua sede própria. Na sequência, o Promotor de Justiça encerrou a Audiência Pública, agradecendo a presença e colocando-se à disposição da população. Nada mais. Eu, Cristiane de Mari , Oficial Assessora de Promotoria, com fundamento no art. 12 da Resolução nº 965/2012 da PGJ/MP, redigi a presente ata, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, com base na gravação de áudio realizada no dia do evento, cujo CD segue em anexo.


RAFAEL CARVALHO POLLI
PROMOTOR DE JUSTIÇA